



## Teoria dos jogos aplicada ao ordenamento urbano

No campo da fiscalização urbana, nem sempre vence quem tem razão. Na prática, prevalece quem entende melhor as regras do jogo. E, na maioria das vezes, esse jogo é assimétrico, instável e marcado por desconfiança mútua entre os participantes. A Teoria dos Jogos, originalmente desenvolvida para analisar decisões estratégicas em contextos de conflito ou cooperação, torna-se uma ferramenta poderosa para compreender por que o ordenamento urbano frequentemente fracassa quando não há estrutura, previsibilidade e, sobretudo, incentivos adequados.

A dinâmica da cidade, tal como apresentada no livro *Choque de Ordem*, é um verdadeiro campo de disputas complexas. Fiscal e ambulante, ambulante e lojista, gestor e população, fiscal e o próprio sistema, cada interação revela um cenário onde decisões racionais são tomadas a partir da análise dos riscos, das recompensas e da ausência de garantias concretas. O jogo urbano se transforma em uma disputa de soma negativa sempre que o Estado falha em intervir de maneira legítima e consistente.

Quando um fiscal aborda um ambulante irregular, as escolhas disponíveis são todas custosas. Aplicar a norma pode significar se expor ao risco de conflito físico, denúncias infundadas e desgaste institucional. Ignorar a infração preserva a integridade do momento, mas fragiliza a própria política pública e mina a autoridade do Estado. Tentar negociar ou mediar é, muitas vezes, uma aposta sem qualquer garantia de respaldo por parte da gestão. Do outro lado, o ambulante também calcula suas jogadas. Aceitar sair significa perder sua fonte de renda imediata. Resistir é correr o risco de multa, apreensão ou até agressões. E, na ausência de um sistema íntegro, surge ainda a possibilidade da oferta de vantagens ilícitas, alimentando a corrupção e perpetuando o ciclo de informalidade desordenada.

A lógica que rege essas interações é simples, embora cruel: cada agente joga com base na informação que possui e na percepção que desenvolve sobre o grau de impunidade, respaldo institucional e coerência das normas. Quando as regras são instáveis, todos perdem. A Teoria dos Jogos demonstra que, sem um árbitro confiável, sem normas claras e sem consequências previsíveis, os agentes deixam de cooperar e passam a adotar posturas defensivas, oportunistas ou de retração. O fiscal recua, o ambulante avança, o gestor silencia, e o espaço público entra em colapso. A cidade vira território de ninguém.

Transformar esse jogo conflitivo em uma dinâmica cooperativa exige mais do que discursos ou intenções políticas. É necessário construir normas públicas que sejam estáveis e aplicáveis a todos, assegurar proteção real aos fiscais, oferecer canais institucionais de escuta e diálogo para os ambulantes e, sobretudo, romper o ciclo vicioso dos atravessadores, premiando quem escolhe atuar dentro da legalidade. Nenhuma dessas medidas, isoladamente, resolve o problema. Mas quando o

Estado emite sinais claros de que há regras e de que elas serão aplicadas de forma justa, previsível e imparcial, a tendência natural é que os próprios atores sociais passem a buscar o equilíbrio por meio da cooperação.

O ordenamento urbano é, portanto, um jogo de alto risco, no qual o tabuleiro é a própria cidade. Tratar o fiscal como um jogador isolado, o ambulante como um vilão ou o gestor como mero despachante de rotinas administrativas é uma fórmula garantida para o fracasso. O sucesso depende da compreensão de que cada ator responde aos incentivos, aos riscos e aos sinais que o próprio Estado é capaz, ou incapaz, de emitir. Se o sinal é de abandono, cada um jogará por si. Mas se o sinal é de autoridade legítima, com regras claras e segurança institucional, a cidade pode finalmente sair do impasse e caminhar rumo ao equilíbrio.

Se você quer entender como aplicar os princípios da Teoria dos Jogos na formulação de políticas públicas urbanas, fale comigo. Meus treinamentos mostram como estruturar decisões e redesenhar as relações entre agentes públicos e atores urbanos, sempre com foco em resultado coletivo e em cidades mais justas.